



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito

## **LEI Nº 3.557, DE 10 DE MARÇO DE 2014.**

**ESTABELECE REGRAS ADITIVAS À LEI MUNICIPAL Nº 2.879 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 E DO DECRETO Nº 015 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2004, NO QUE DIZ RESPEITO AO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### **DO FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS**

Art. 1º - Os estabelecimentos que comercializem ou armazenem produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis deverão possuir, quando necessário, instalações de frio satisfatórias e em número e área suficientes, segundo a capacidade de produção do estabelecimento, munidos de termômetros externos em cada equipamento.

Art. 2º - O estabelecimento que não possuir equipamento de aproveitamento e preparo de subprodutos não comestíveis deverá dar destino a estes rejeitos de forma não causadora de poluição ambiental.

### **DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS**

Art. 3º - O **S.I.M.** poderá exigir em qualquer ocasião, desde que julgue necessário, quaisquer medidas higiênico-sanitárias nos estabelecimentos e nos seus anexos, com base nas legislações vigentes.

Art. 4º - É obrigatória a desinsetização e desratização realizada por firma registrada junto à FEEMA ou órgão competente, sendo comprovado o serviço pela ordem de serviço assinada por responsável técnico.

Art. 5º - Será obrigatório a todos os funcionários que trabalham nas áreas de produção de alimentos dos estabelecimentos industriais, a apresentação do certificado de curso de Boas Práticas em alimentos, aprovado pelo S.I.M.

### **DAS OBRIGAÇÕES DOS ESTABELECIMENTOS**

Art. 6º - Todos os estabelecimentos devem registrar diariamente em livros próprios e mapas, cujos modelos devem ser aprovados pelo S.I.M., além dos casos previstos, a procedência da matéria-prima, como também as entradas e saídas de matérias primas e produtos, especificando quantidade, qualidade e destino.

Art. 7º - Os estabelecimentos manterão um livro de "ocorrências", onde o servidor do S.I.M. registrará os fatos relacionados com os Regulamentos pertinentes.



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito

Art. 8º - Os estabelecimentos deverão seguir o seu Manual de Boas Práticas de Fabricação, conjuntamente com os PPHO's (Procedimentos Padrões de Higiene Operacional) e/ou outras ferramentas de controle, conforme determinação do Serviço de Inspeção Municipal.

### **DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DOS PRODUTOS**

Art. 9º - A mercadoria contaminada, alterada, com prazo de validade vencido, sem origem comprovada ou falta de selo de inspeção, poderá ser inutilizada pelo fogo, ou outro agente físico ou químico, conforme determinação do S.I.M..

Art. 10 - Ocorrendo apreensão por erro no rótulo ou falta de indicação do selo de inspeção, o produto, após o respectivo exame, poderá ser destinado, no caso de inócuo, a estabelecimento de caridade, asilos, obras beneficentes, ficando o respectivo interessado obrigado a fornecer o recibo adequado.

### **DAS TAXAS**

Art. 11 - Será cobrada taxa de inspeção dos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal, relativa à inspeção sanitária.

Art. 12 - A taxa de inspeção será cobrada de acordo com o volume de produção mensal (em quilos ou litros) dos estabelecimentos registrados ou aqueles que venham a solicitar registro junto ao S.I.M.

Art. 13 - A conversão em moeda corrente far-se-á pelo valor da UNIFIPA vigente no dia primeiro do mês em que se efetive o recolhimento.

Art. 14 - Contribuinte das taxas é a pessoa física ou jurídica que executar atividades sujeitas à inspeção sanitária e industrial prevista na Legislação Municipal.

Art. 15 - A falta ou insuficiência de recolhimento das taxas acarretará ao infrator a aplicação de multa, de acordo com as taxas estipuladas.

Art. 16 - Os débitos decorrentes das taxas, não liquidados até o vencimento, serão atualizados na data do efetivo pagamento.

Art. 17 - O produto da arrecadação da taxa de expediente, bem como das multas eventualmente impostas, ficará vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura, para todos os efeitos e disposições orçamentárias.

### **TAXAS DE INSPEÇÃO**

Art. 18 - Por estabelecimentos que produzam mensalmente:

- a) Até 300 (trezentos) quilos ou litros: 10 UNIFIPA's
- b) De 301 (trezentos e um) a 600 (seiscentos) quilos ou litros: 15 UNIFIPA's
- c) De 601 (seiscentos e um) a 1000 (hum mil) quilos ou litros: 20 UNIFIPA's



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito

d) Acima de 1000 (hum mil) quilos ou litros: 30 UNIFIPA's

e) Pelo registro de rótulos e produtos: 10 UNIFIPA's por produto a ser registrado;

§ 1º - A taxa em questão será cobrada anualmente.

§ 2º - A multa por atraso de recolhimento da taxa de inspeção anual será definida de acordo com a média do valor da produção auferida no mesmo período, e deverá ser paga trinta dias após o vencimento. Caso não seja efetuado este pagamento, o estabelecimento ficará interdito até que as pendências financeiras sejam regularizadas.

### **AUTOS E FICHAS A SEREM ADOTADOS**

Art. 19 – Os agentes públicos envolvidos na atuação do S.I.M. deverão adotar os autos, formulários e fichas conforme cada caso e previsão no anexo I da presente Lei.

### **CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO CARGO DE CHEFE AGENTES DE INSPEÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - S.I.M./SAP.**

Art. 20 - Visando a defesa e a saúde do indivíduo ou da população no que diz respeito à inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal dos estabelecimentos industriais do município de Santo Antônio de Pádua, fica criado o cargo de Chefe do Serviço de Inspeção Municipal, com símbolo de vencimento DAS-08.

Art. 21 - Os fiscais do S.I.M., compreendidos o Chefe e Agentes de Inspeção, terão carteiras ou identificações, onde constará o nome do servidor, número da matrícula, cargo, assinatura do mesmo, a data de expedição e a assinatura do responsável pela Secretaria Municipal de Agricultura, e a sua validade.

Art. 22 - Os fiscais do S.I.M., no exercício de suas funções, independentemente do dia e da hora, terão livre acesso a todas as dependências dos estabelecimentos que beneficiam produtos de origem animal, registrados no S.I.M., bem como aos veículos destinados à sua distribuição ao comércio.

Art. 23 - O fiscal do Serviço de Inspeção Municipal poderá solicitar auxílio policial, quando necessário, para o desenvolvimento de suas funções.

Art. 24 - A Prefeitura Municipal promoverá cursos e treinamentos de capacitação de recursos humanos, com vistas à otimização das atividades inerentes ao S.I.M. do Município.

Art. 25 - O Chefe do Serviço de Inspeção Municipal - S.I.M. fará jus à Gratificação de Atividade Fiscal e ao adicional de insalubridade, nos moldes dos benefícios concedidos aos ocupantes das carreiras de fiscalização, caso assim contemple a legislação específica.



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito

Art. 26 - Os Auxiliares de Fiscalização terão direito ao adicional de insalubridade, nos moldes dos benefícios concedidos aos ocupantes das carreiras de fiscalização, desde que enquadrada nos moldes estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 27 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, 12 de março de 2014.

Josias Quintal de Oliveira  
Prefeito



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito

**TERMO DE VISTORIA**

Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Ao(s) \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 20\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas e \_\_\_\_\_ minutos, com base na Lei Municipal Nº 2.879 de 22 de Dezembro de 2003, assim como pelo Decreto Municipal Nº 015 de 06 de Fevereiro de 2004, e demais atos normativos, o SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL VISTORIOU/INTIMOU o (a) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, CNPJ/CPF \_\_\_\_\_, endereço \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, estabelecida(o) como \_\_\_\_\_, ficando o mesmo ciente que deverá cumprir os seguintes procedimentos ou exigências: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, no prazo de \_\_\_\_\_, ficando o intimado sujeito a ser infracionado pelo não cumprimento do acima estabelecido, com fundamento nas disposições legais vigentes supracitadas. O presente TERMO é lavrado em 03(três) vias de igual forma e teor.

Santo Antônio de Pádua, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Serviço de Inspeção Municipal

( ) Negou-se a receber

\_\_\_\_\_  
Ciente

\_\_\_\_\_  
CPF

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
CPF

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
CPF



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito

### AUTO DE ADVERTÊNCIA

Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Ao(s) \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 20\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas e \_\_\_\_\_ minutos, com fundamento na(s) disposição(ões) legal(ais) da Lei Municipal Nº 2.879 de 22 de Dezembro de 2003, assim como no Decreto Nº 015 de 06 de Fevereiro de 2004 e demais atos normativos, o **SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL ADVERTIU** o(a)-

\_\_\_\_ Registro SIM nº \_\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_\_, endereço \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
devido o mesmo tomar as seguintes providências: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

O presente AUTO é lavrado em 03 vias de igual teor e forma.

Santo Antônio de Pádua, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Serviço de Inspeção Municipal**

( ) Negou-se a receber

\_\_\_\_\_  
**Ciente/Proprietário**

\_\_\_\_\_  
**CPF**

\_\_\_\_\_  
**Testemunha**

\_\_\_\_\_  
**CPF**

\_\_\_\_\_  
**Testemunha**

\_\_\_\_\_  
**CPF**



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito

### AUTO DE APREENSÃO E DEPÓSITO

Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Às \_\_\_\_\_ horas do dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, com base na Lei Municipal Nº 2.879 de 22 de Dezembro de 2003, assim como no Decreto Municipal Nº 015 de 06 de Fevereiro de 2004 e demais atos normativos, lavrei o presente AUTO contra \_\_\_\_\_ estabelecido \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ para apreensão e depósito do alimento abaixo especificado, com vistas ao processamento de análise fiscal, por suspeição de impropriedade para consumo: \_\_\_\_\_

O alimento em referência ficará apreendido, em depósito, \_\_\_\_\_.

Santo Antônio de Pádua, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Serviço de Inspeção Municipal

( ) Negou-se a receber

\_\_\_\_\_  
Ciente

\_\_\_\_\_  
CPF

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
CPF

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
CPF



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito

### AUTO DE APREENSÃO E INUTILIZAÇÃO

Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Às \_\_\_\_ horas do dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, com base na Lei Municipal Nº 2.879 de 22 de Dezembro de 2003, assim como no Decreto Municipal Nº 015 de 06 de Fevereiro de 2004 e demais atos normativos, efetuou a **APREENSÃO** E **INUTILIZAÇÃO** do (e) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ pertencentes/procedente \_\_\_\_\_ endereço \_\_\_\_\_ Registro SIM nº \_\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_\_ pelo motivo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ observando os procedimentos descritos: \_\_\_\_\_

Para constar, lavro o presente AUTO em 3 (três vias) de igual teor e forma.

Santo Antônio de Pádua, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Serviço de Inspeção Municipal

( ) Negou-se a receber

\_\_\_\_\_  
Ciente

\_\_\_\_\_  
CPF

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
CPF

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
CPF





Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito

### AUTO DE INFRAÇÃO

Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Ao(s) \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 20\_\_\_\_\_,  
às \_\_\_\_\_ horas e \_\_\_\_\_ minutos, com as testemunhas abaixo assinaladas,  
com base na Lei Municipal Nº 2.879 de 22 de Dezembro de 2003, assim como  
no Decreto Municipal Nº 015 de 06 de Fevereiro de 2004, e demais atos  
normativos, o SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL INFRACIONOU o (a)

\_\_\_\_\_, Registro SIM nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, CNPJ/CPF \_\_\_\_\_, sito  
à \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, por ter incorrido na seguinte  
infração: \_\_\_\_\_

O presente AUTO é lavrado em 03 vias de igual forma e teor.

Santo Antônio de Pádua, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Serviço de Inspeção Municipal

( ) Negou-se a receber

\_\_\_\_\_  
Ciente

\_\_\_\_\_  
CPF

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
CPF

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
CPF



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito

### AUTO DE INTERDIÇÃO

Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Ao(s) \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 20\_\_\_\_\_,  
às \_\_\_\_\_ horas e \_\_\_\_\_ minutos, com as testemunhas abaixo assinaladas,  
com base na Lei Municipal Nº 2.879 de 22 de Dezembro de 2003, assim como  
pelo Decreto Municipal Nº 015 de 06 de Fevereiro de 2004e demais atos  
normativos, o SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL INTERDITA por tempo  
indeterminado

(a) \_\_\_\_\_  
de \_\_\_\_\_ propriedade \_\_\_\_\_ do  
Sr.(a) \_\_\_\_\_ sito \_\_\_\_\_ à

\_\_\_\_ Registro \_\_\_\_\_ SIM \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_  
CPF/CNPJ \_\_\_\_\_, ficando o responsável pelo  
estabelecimento sujeito às penalidades administrativas e criminais e ciente de  
que não poderá fazer funcionar o local interditado, até cumprimento das  
exigências contidas no TERMO/AUTO de \_\_\_\_\_ de  
nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

E para constar, lavro o presente AUTO em 03 vias de igual teor e forma.  
O proprietário do estabelecimento tem um prazo de 15 dias para apresentar  
defesa junto à Chefia do S.I.M.

Santo Antônio de Pádua, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Serviço de Inspeção Municipal

( ) Negou-se a receber

\_\_\_\_\_  
Ciente/Proprietário

\_\_\_\_\_  
CPF

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
CPF

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
CPF



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito

### AUTO DE MULTA

Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

No dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, com as testemunhas abaixo assinaladas, com base na Lei Municipal Nº 2.879 de 22 de Dezembro de 2003, assim como pelo Decreto Municipal Nº 015 de 06 de Fevereiro de 2004 e demais atos normativos, o SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL AUTUA

o(a) \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ Registro SIM nº \_\_\_\_\_ CNPJ/CPF \_\_\_\_\_  
 sito à \_\_\_\_\_  
 tendo em vista \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, estando intimado a pagar a multa de R\$ \_\_\_\_\_  
 ( \_\_\_\_\_ )

O proprietário do estabelecimento tem um prazo de 15 dias para apresentar defesa junto à Chefia do S.I.M. Caso seja indeferido, o infrator, uma vez multado, terá 72 (setenta e duas) horas para efetuar o recolhimento da multa e apresentar ao S.I.M./S.A.P. o respectivo comprovante. O não recolhimento da multa no prazo estipulado, implicará na cobrança executiva.

\_\_\_\_\_  
**Serviço de Inspeção Municipal**

\_\_\_\_\_  
**Ciente**

( ) Negou-se a receber

\_\_\_\_\_  
**Testemunha**

\_\_\_\_\_  
**CPF**

\_\_\_\_\_  
**Testemunha**

\_\_\_\_\_  
**CPF**



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito

### AUTO DE SUSPENSÃO DE ATIVIDADE

Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Ao(s) \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 20\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas e \_\_\_\_\_ minutos, com as testemunhas abaixo assinaladas, com base na Lei Municipal Nº 2.879 de 22 de Dezembro de 2003, assim como pelo Decreto Municipal Nº 015 de 06 de Fevereiro de 2004 e demais atos normativos, o SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL AUTUA o(a) \_\_\_\_\_ de responsabilidade do Sr(a). \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Registro SIM nº \_\_\_\_\_  
CNPJ \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ sito  
à \_\_\_\_\_ pelo seguinte  
motivo: \_\_\_\_\_

O presente AUTO é lavrado em 03 vias de igual forma e teor, ficando o proprietário ciente que, a partir do recebimento deste, somente poderá voltar a produzir o(s) produto(s) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a partir da verificação e autorização do S.I.M. conforme as condições de produção satisfatórias. O proprietário do estabelecimento tem um prazo de 15 dias para apresentar defesa junto à Chefia do S.I.M.

Santo Antônio de Pádua, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Serviço de Inspeção Municipal

( ) Negou-se a receber

\_\_\_\_\_  
Ciente

\_\_\_\_\_  
CPF

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
CPF

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
CPF



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito

### TERMO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO

Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

O Estabelecimento \_\_\_\_\_,  
de propriedade do (e) \_\_\_\_\_,  
sito à \_\_\_\_\_,  
CPF/CNPJ \_\_\_\_\_, Registro SIM nº \_\_\_\_\_  
de acordo com a Lei Municipal Nº 2.879 de 22 de Dezembro  
de 2003, assim como pelo Decreto Municipal Nº 015 de 06 de Fevereiro de  
2004, e demais atos normativos, teve o seu REGISTRO CANCELADO no SERVIÇO  
DE INSPEÇÃO MUNICIPAL deste Município pelo seguinte  
motivo: \_\_\_\_\_

O proprietário do estabelecimento está ciente que terá 15 (quinze) dias para  
apresentar sua defesa junto ao Chefe do S.I.M./S.A.P.

Santo Antônio de Pádua, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Serviço de Inspeção Municipal

( ) Negou-se a receber

\_\_\_\_\_  
Ciente

\_\_\_\_\_  
CPF

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
CPF

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
CPF



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito

### TERMO DE COLHEITA DE AMOSTRAS

Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

O Serviço de Inspeção Municipal vem através deste, solicitar a análise da amostra do produto abaixo especificado:

**ESTABELECIMENTO:**

\_\_\_\_\_

**ENDEREÇO:**

\_\_\_\_\_

**REGISTRO NO SIM:** \_\_\_\_\_

**PRODUTO:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**QUANTIDADE:** \_\_\_\_\_

**EXAMES SOLICITADOS:**

( ) MICROBIOLÓGICO

( ) FÍSICO-QUÍMICO

( ) OUTROS \_\_\_\_\_

Santo Antônio de Pádua, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Serviço de Inspeção Municipal**

\_\_\_\_\_  
**Ass. proprietário/Responsável pelo Estabelecimento**

